

GREVE DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO: EFEITOS DE (IM)PARCIALIDADE EM MANCHETES DE DOIS JORNAIS PAULISTAS

Raquel Tiemi Masuda Mareco*
Maria Célia Cortez Passetti**

Resumo: A partir de um *corpus* extraído de manchetes jornalísticas da Folha Online e do Estadão Online, sobre a greve dos professores do estado de São Paulo, procuramos verificar se os efeitos de sentido produzidos nessas manchetes apontam para algum tipo de filiação a posicionamentos (favoráveis ou contrários) em relação ao fato noticiado. A análise tem como aporte teórico a Análise do Discurso de linha francesa e a teoria da comunicação. Ambos os jornais produziram efeitos de parcialidade, por meio do agendamento e do enquadramento das manchetes, porém, a Folha Online se mostrou mais filiada a um posicionamento contrário à greve, enquanto o Estadão Online demonstrou maior filiação a um posicionamento favorável.

Palavras-chave: análise do discurso, imprensa, servidores públicos.

STRIKE OF SÃO PAULO STATE TEACHERS: EFFECTS OF (IM)PARCIALITY IN HEADLINES OF TWO NEWSPAPERS

Abstract: From a corpus constituted of journalistic headlines of Folha Online and Estadão Online, about the strike of São Paulo state teachers, we aim to ascertain whether the effects of meaning produced in these headlines suggest some sort of affiliation with positions (for or against) related to the reported fact. The analysis is based on French Discourse Analysis and Communication theory. Both newspapers had effects of partiality by agenda-setting and framing of the headlines, however, Folha Online has been more affiliated with a position against the strike while Estadão Online has shown greater affiliation to a favorable position.

Keywords: discourse analysis, press, public servants.

Considerações iniciais

Os professores do estado de São Paulo entraram em greve no dia 08 de março de 2010, reivindicando, em primeiro lugar, um aumento salarial de 34,3%. Entre outras reivindicações, o sindicato dos professores pedia o fim da promoção por mérito e das provas de classificação para a atribuição de aulas para professores contratados.

A promoção por mérito consiste da instituição de uma prova escrita que concede aumentos anuais para os 20% mais bem classificados. Já a prova de classificação é aplicada apenas para professores contratados (aqueles que não

são efetivados por concurso público). A atribuição das aulas tem como critério a ordem de classificação dos professores nessa prova.

As greves de professores são fatos que atingem a sociedade como um todo e o governo vigente. Segundo Bourdieu (2003, p. 270), *“a greve é o instrumento principal de luta porque uma das únicas armas de que dispõem é justamente a paralisação do trabalho [...]”*.

A greve evidencia a sociedade dividida em classes e a luta entre elas. Além disso, não deixa de ser um fator que contribui para a construção identitária, pois *“um elemento que permite ao grupo dos trabalhadores, que participam da Greve, se reconhecerem como classe em oposição a uma outra [...] e é um recurso importante também no conflito político”* (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 561).

Diante da importância desse movimento e dos efeitos que ele causa, este trabalho tematiza os modos de produção de efeitos de sentido produzidos por manchetes veiculadas entre 5 de março e 10 de abril de 2010, pelos jornais Folha de São Paulo e Estadão em suas versões on-line. Para tanto, foram selecionadas somente as manchetes que apresentavam como tema a greve dos professores do estado de São Paulo.

Buscamos constatar se os efeitos de sentido produzidos pelas manchetes denunciavam, ou não, a parcialidade dos jornais para algum posicionamento (favorável ou contrário), em relação ao movimento da greve. A análise tem como aporte teórico a Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1995; PÊCHEUX, 1999; ORLANDI, 2005) e a teoria da comunicação (COLLING, 2001; ENTMAN, 1993; SCHEUFELE, 1999; SHAW, 1979), no que diz respeito aos conceitos de agendamento e enquadramento.

Efeitos de sentido

Segundo Orlandi (2005, p. 30), *“os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...]”*.

De acordo com Fernandes (2007, p. 21), *“os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam”*, já que segundo Orlandi (2005, p. 32), as palavras *“[...] significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras”*.

Portanto, para que um discurso signifique, os interlocutores precisam

ativar o interdiscurso e a memória discursiva. Orlandi (2005, p. 31) explica que “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Quanto à memória discursiva, a autora afirma que é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. A autora ainda acrescenta que a existência do já-dito é de suma importância para a compreensão do funcionamento do discurso e da sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

Teorias da comunicação

Os conceitos da teoria da comunicação que serão abordados neste trabalho são: o agendamento (*agenda-setting*) e o enquadramento da notícia (*framing*). O agendamento é basicamente a seleção da notícia e o enquadramento trata de como a mensagem é organizada, ressaltando preferências de um determinado enfoque dos fatos em oposição a outros, direcionando o leitor para uma determinada realidade.

Quando um fato acontece, o jornal que se pretende imparcial precisa veicular a informação, ou seja, agendá-la, colocá-la em pauta, mesmo que essa informação seja contrária à linha editorial do jornal. Para driblar essa necessidade, os jornais se utilizam de estratégias de enquadramento.

Segundo Scheufele (1999), o enquadramento foi considerado por alguns teóricos como um segundo nível do *agenda-setting*, portanto, ressalta que é importante esclarecer as diferenças entre esses conceitos: o *agenda-setting* se preocupa com a seleção e a saliência das matérias veiculadas (notícia); o *framing* atenta à seleção e à saliência dos termos veiculados (mecanismos discursivos), sendo, dessa forma, diferentes perspectivas em um mesmo corpus.

Sobre essa diferença entre os conceitos, Leandro Colling (2001, p. 89) explica:

As hipóteses do *agenda-setting* fazem parte dos estudos norte-americanos em comunicação, pertencentes ao paradigma funcionalista, que reúne pesquisas preocupadas em analisar e detectar as funções dos meios e os efeitos causados sobre a audiência. [...] O *framing*, de um modo geral, é como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda. (COLLING, 2001, p. 89).

Frente à importância desses conceitos para este trabalho, aprofundaremos separadamente os mesmos.

Agendamento

A teoria do agendamento ou *agenda-setting* consiste na ideia de que a mídia determina a pauta para a opinião pública ao destacar e/ou ofuscar determinados temas.

Segundo Colling (2001), o pressuposto básico do agendamento é a compreensão de que os *mass media*¹ são responsáveis pelo fornecimento de uma realidade social. Sendo assim, os meios de comunicação agiram como determinantes sobre que assuntos discutir. Shaw (1979, p. 101) complementa que *“as pessoas têm grande parte da realidade social que lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media”*.

Cohen (1963, p. 13) afirma que apesar de, na maioria das vezes, a imprensa não conseguir influenciar as pessoas sobre **como** devem pensar, ela tem *“uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre **que** temas devem pensar qualquer coisa”* (grifos das autoras).

Tanto os jornais, como a televisão, como a internet promovem a agenda do público. McCombs (1976, p. 6) considera que *“os jornais são os principais promotores da agenda do público. Definem amplamente o âmbito do interesse público [...]”*. Apesar dessa afirmação, o autor admite que *“os noticiários televisivos não são totalmente desprovidos de influência. A televisão tem um certo impacto, a curto prazo, na composição da agenda do público”*.

O autor distingue essa influência por meio do emprego dos termos: *“agenda-setting”* para a função dos jornais e *“ênfase”* para a função da televisão, pois, para o autor, a televisão apenas ressystematiza os temas principais estruturados pelos jornais.

Enquadramento (Framing)

O conceito de enquadramento (*framing*) surgiu a partir da obra *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* do sociólogo norte-americano Erving Goffman. Apesar de o conceito de enquadramento ter sido atribuído ao autor, ele afirma que o conceito tem sua origem em outros autores. Porém, Porto (2002) explica que o conceito foi atribuído a Goffman porque foi ele quem desenvolveu a primeira articulação teórica, aplicando-o à análise das interações sociais.

Anos depois, Robert Entman (1993, p. 52) articulou o conceito original de

enquadramento e a noção de hegemonia midiática, redefinindo o conceito de framing como *“To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.”*

Park (2003, p. 145) utiliza a metáfora de uma moldura de uma janela para exemplificar a teoria do enquadramento: *“People only see the world within the frame of the window. If the frame of the window is too small, people will see only a small part of the world. If the window is on the west wall, people will only see the west. In other words, media may show only a small part of the world from a particular point of view.”*

Portanto o enquadramento é uma realidade parcial vista (pelo leitor ou telespectador) de uma dada perspectiva. Podemos, então, considerar que o enquadramento direciona o leitor/telespectador para uma determinada realidade. Lage (1998, p. 378) complementa que, na maioria das vezes, o público não percebe *“o jogo de interesses por detrás das notícias”*.

Discurso, persuasão e efeito de verdade nas manchetes

Segundo o glossário de jornalismo, a manchete *“é o título principal que indica a notícia mais importante, [...] é sempre aquela que vier graficamente com maior destaque, ou que tiver letras mais carregadas na tinta”* (RIBEIRO, 2008, p.12).

A manchete tem grande poder de persuasão, pois, é por meio dela que o leitor seleciona o que vale a pena ou não ler. Portanto, a leitura do texto na íntegra depende da atração que a sua manchete exerce sobre o leitor.

As manchetes sintetizam os fatos com certa objetividade, que, entretanto, não apaga o ponto de vista a que o jornal se mostra filiado. Isso porque a realidade com a qual confrontamos nossas proposições não é uma realidade "nua", mas já, ela própria, impregnada pela linguagem. A experiência pela qual controlamos nossas suposições é linguisticamente estruturada e se encontra engastada nos contextos de ação, conforme Habermas (2004). Para esse autor, *“não existe um acesso direto, não filtrado pelo discurso, às condições de verdade de convicções empíricas”* (HABERMAS, 2004, p. 49).

Pêcheux (1997) também reconhece que o sentido dos enunciados não existe por si só, mas é construído mediante posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico da construção de enunciados. Esse processo é realizado, de forma consciente ou não, por aquele que produz o enunciado.

Sendo assim, os mecanismos linguísticos utilizados na produção dos sentidos são decorrências de um dado contexto histórico e ideológico.

Numa linha argumentativa, Ducrot (1979 apud OLIVEIRA, 2001, p. 28) afirma que *“não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nas nossas interlocuções”*.

Diante disso, é possível afirmar que não existe discurso neutro, *“a neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém uma ideologia – a da sua própria objetividade”*. (KOCH, 1996, p. 19).

Ao tentar convencer o outro, utilizamos argumentos para persuadir o outro, fazer com que o outro compartilhe nosso ponto de vista, pois, conforme discute Citelli (2002, p. 16), *“quem persuade leva o outro à aceitação de uma dada idéia”* e, a trata da ideia de persuasão ao defender que,

O conceito de persuasão já foi associado a mentira, engodo, manipulação, falsidade. Hoje, tende-se a vê-lo como um procedimento que resulta de exercícios da linguagem, cujo objetivo é formar atitudes, comportamentos, idéias. Desse modo, desde que garantido o princípio democrático da circulação social do discurso, persuadir passa a ser uma instância legítima de convencimento, de afirmação de valores e de construção de consensos. (CITELLI, 2002, p. 1).

Análise e discussões

Inicialmente fizemos um trabalho de leitura de um arquivo construído sobre a greve dos professores do estado de São Paulo, composto pelos jornais Folha online e Estadão Online, durante o período de 05 de março a 10 de abril de 2010.

O discurso dos referidos jornais constituem uma formação discursiva² (FD) midiática que, ao noticiar o fato (a greve dos professores), pode se mostrar filiada a posicionamentos favoráveis ou contrários à greve.

Nesse conflito, estão envolvidos, de um lado, o governador José Serra, pré-candidato à presidência da república, um sujeito dividido entre a necessidade de defender sua política estadual de educação e o risco de ofuscar sua imagem política em ano eleitoral; e de outro, os professores, organizados em uma instituição sindical que, dado o momento político eleitoral e cientes de sua força como eventuais eleitores, reivindicam mudanças na política salarial e educacional do governo.

Como a mídia detém o poder de agendamento/silenciamento e de

enquadramentos dos fatos agendados, é importante que se verifique os efeitos de sentido produzidos por esses processos discursivos jornalísticos, dada a influência da mídia na formação da opinião pública. Para verificar, então, se os jornais adotaram posicionamentos favoráveis ou contrários à greve e as consequentes implicações políticas deles resultantes, construímos um corpus discursivo das manchetes jornalísticas, do qual recortamos algumas sequências representativas dos modos de identificação de efeitos de sentidos favoráveis ou contrários ao movimento, a partir de uma análise comparativa das manchetes dos dois jornais.

Parcialidade no agendamento da notícia

(1) Greve dos professores não pegou, 'graças a Deus', diz Serra
(Estadão Online, 12/03/2010).

(2) Protesto de professor é 'trololó', diz Serra; Justiça autoriza ato
(Estadão Online, 19/03/2010).

As manchetes (1) e (2) do Estadão Online de 12 e 19 de março transcrevem a falas de José Serra a respeito da greve dos professores do estado. Nessas mesmas datas, essas falas de Serra foram veiculadas por vários outros meios de comunicação, porém foram silenciadas pela Folha Online.

Como o silêncio também significa, segundo Orlandi (2002), percebe-se certa parcialidade no não-agendamento dessas falas por parte do jornal Folha Online que, desta forma, preserva a imagem do governo Serra, ao contrário do Estadão Online, que expõe José Serra (pré-candidato à presidência) de maneira negativa, produzindo efeitos de sentidos de descaso com os professores e com o movimento.

A exposição midiática de um (pré-)candidato à presidência, em ano eleitoral, pode trazer consequências positivas ou negativas, dependendo do modo como é discursivizada. Por isso, o agendamento desse tipo de fala como manchete pode ser uma estratégia de agendamento, apresentando posição contrária ao político visibilizado.

(3) Reajuste pedido é "impossível", afirma Secretaria da Educação
(Folha Online, 20/03/2010).

(4) "Sabemos que é um transtorno, mas ninguém quer nos ouvir"
(Estadão Online, 20/03/2010).

As manchetes (3) e (4) denunciam a parcialidade dos jornais, por meio das diferenças de agendamento. Parece noticiar cada uma "um lado da moeda". Na (3), a posição do governo, diante de um pedido de reajuste salarial e na (4), a posição dos professores, que não vêem outro modo senão a paralisação do trabalho para poderem ser ouvidos.

A parcialidade está no fato de cada jornal veicular apenas o posicionamento de um dos lados; a Folha Online, do governo e o Estadão, dos professores.

(5) Movimento de docentes não significa nada, diz Serra
(Estadão Online, 20/03/2010).

Além da parcialidade no agendamento apresentado pelo Estadão na mesma data (manchete (4)), o mesmo jornal veiculou a manchete (5), causando a impressão de resposta à manchete (4), ou seja, aos professores, já que nela está representada a fala dos professores.

Outra possibilidade é que (5) seja uma justificativa para (4). Diferente dos jornais impressos, nos jornais on-line, várias manchetes são veiculadas ao longo de um mesmo dia, possibilitando que o leitor faça associações entre elas. Como as manchetes saíram com poucas horas de diferença, não se sabe o que foi falado primeiro. O fato de uma manchete sair primeiro em um mesmo dia não garante que o fato aconteceu antes de outro fato veiculado poucas horas depois.

Discurso com efeito de descaso do então governador José Serra com os professores foi agendado pela terceira vez como manchete do jornal Estadão Online e nenhuma vez pelo jornal Folha Online, o que demonstra diferentes posicionamentos dos jornais em relação ao governador pré-candidato.

Parcialidade no enquadramento da notícia

(6) Com chuva e manifestação de professor, São Paulo tem maior lentidão do ano
(Folha Online, 19/03/2010).

(7) Protesto de professores bloqueia parte da Av. Paulista (Estadão Online, 19/03/2010).

As manchetes (6) e (7) noticiam a mesma informação, porém, utilizaram diferentes enquadramentos.

Chuva é um fenômeno. Na manchete (6), a manifestação feita pelos professores, juntamente com a chuva que, na cidade de São Paulo, causa muitos transtornos, teve como consequência a maior lentidão do ano. No enquadramento dessa manchete, há a apresentação de um dado (a maior lentidão do ano) que produz um efeito de sentido negativo, agravante para a manifestação dos professores.

Já no enquadramento utilizado na manchete (7), a não divulgação de que foi a maior lentidão do ano e a palavra parte, suavizam a notícia, evitando o efeito de que a manifestação causou transtornos à população.

No caso das notícias acima (6) e (7), a parcialidade está no enquadramento da notícia, ou seja, na combinação de elementos linguísticos.

(8) Professor grevista terá bônus menor, diz secretário de Educação (Folha Online, 23/03/2010).

(9) Em meio à greve, Serra anuncia bônus a professores (Estadão Online, 22/03/2010).

O bônus em questão é um valor em dinheiro acrescido no salário, concedido pelo governo do estado de São Paulo, para professores e funcionários das escolas que atingirem as metas estabelecidas pela Secretaria de Educação.

A manchete (8) enquadra o fato como punição ao professor grevista. A punição tem um pré-construído de que é algo que se aplica a alguém que tenha feito algo inadequado, ao aplicar a punição (diminuição do bônus), pode-se produzir um efeito negativo a respeito da greve, como algo merecedor de punição.

No enquadramento da manchete (9), pode-se perceber uma crítica ao governo Serra, que num período de manifestações, anuncia bônus a professores, como se não estivesse acontecendo nada fora do comum. Por apresentar crítica implícita a um dado governo, pode causar um efeito de indignação e revolta no leitor.

- (10) Quatro professores são presos após tumulto em evento com presença de Serra
(Folha Online, 24/03/2010).
- (11) Polícia Militar prende manifestantes durante evento com Serra
(Estadão Online, 24/03/2010).

Uma das diferenças de enquadramentos das manchetes (10) e (11) está no uso do verbo prender que, na manchete (11) está na voz ativa e na (10), na voz passiva. Outra está no uso das palavras “professores” e “manifestantes”, utilizadas, respectivamente, nas manchetes (10) e (11).

Na manchete (10), a voz passiva enfatiza mais o acontecimento (prisão) que o sujeito. O sujeito foi bem definido (quatro professores), apresentou-se o número e a classe de trabalhadores envolvida. Nesse enquadramento, há uma informação a mais: a justificativa para a prisão dos professores (tumulto). Dessa forma, ao contrário da manchete (11), a (10) expôs os professores como causadores de tumultos, justificando, assim, a prisão dos mesmos.

A voz ativa dá ênfase ao sujeito da oração (quem prendeu), desviando o foco do acontecimento (a prisão) para o sujeito. Além disso, a Polícia Militar prendeu “manifestantes”, não se sabe que classe de trabalhadores está envolvida, já que durante a greve dos professores, ocorreram outras greves e manifestações simultaneamente. Portanto, o uso de “manifestantes” designa o sujeito de forma mais genérica.

Enquadrando a notícia dessa forma, o jornal Estadão Online evitou a exposição dos professores grevistas à situação vexatória, preservando a identidade dessa classe de trabalhadores.

- (12) Grevistas de SP preparam novos atos contra Serra
(Folha Online, 26/03/2010).
- (13) Professores farão nova manifestação em SP
(Estadão Online, 26/03/2010).

Na manchete (12), os atos têm como alvo a pessoa de José Serra, em vez do governo. Já no enquadramento da manchete (13), em lugar da palavra atos, foi utilizada a palavra manifestação. As palavras “atos contra” e “manifestação” pertencem a uma mesma formação discursiva que articula elementos que são contraditórios. O excerto sinaliza o modo como, diante de um mesmo acontecimento, os sujeitos podem assumir posicionamentos de campos discursivos diferentes.

(14) PSDB e DEM pedem para TSE multar Apeoesp por pregar "não-voto" em Serra
(Folha Online, 30/03/2010)

(15) PSDB e DEM pedem multa a sindicato dos professores
(Estadão, 30/03/2010)

Além de apresentar as siglas das instituições envolvidas, a manchete (14) apresentou argumentos/justificativas para o pedido da multa (pregar não-voto em Serra). A manchete (15) deixou de enquadrar as instituições envolvidas (TSE - Tribunal Superior Eleitoral e Apeoesp - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), bem como o motivo do pedido de multa, deixando a notícia menos atrativa ao leitor.

Ao anunciar o motivo, a manchete (14) lança a hipótese de que o movimento grevista organizado pela Apeoesp tinha um objetivo eleitoral de desmoralizar o candidato para que ele não fosse eleito.

O motivo para o pedido da multa não ser apresentado na manchete (15) pode denunciar a tentativa de não lançar a hipótese acima apresentada.

Considerações finais

Ambos os jornais analisados mostraram-se parciais ao produzirem posicionamentos em relação à greve, cada um direcionando os sentidos para uma das partes envolvidas no conflito (governo x professores). Indiretamente esses posicionamentos podem funcionar como índices de uma eventual filiação de apoio ou não à candidatura de Serra à presidência.

Com relação ao seu poder de agendamento/silenciamento, o jornal Folha Online, ao silenciar as falas de José Serra produz um efeito de sentido de proteção, de não-exposição do governador, evitando gerar polêmicas e discussões que poderiam ter efeito negativo em sua candidatura.

Já o enquadramento efetuado pela Folha Online produziu um efeito de sentido negativo para o movimento da greve, enfatizando os transtornos causados por ela (manchetes 6, 9 e 10) e, em contrapartida, um efeito de sentido positivo para o governo de José Serra.

O Estadão Online, por sua vez, agendou as falas de José Serra contra a greve (manchetes 1, 2 e 5), expondo o candidato negativamente contra os professores e outros cidadãos a favor do movimento. Com isso produziu efeitos de sentidos negativos para a imagem de José Serra, frente a uma parcela considerável de seu eventual eleitorado.

Percebemos que os enquadramentos das manchetes do Estadão Online produziram efeitos de sentidos que amenizaram a gravidade dos transtornos causados pela greve (manchetes 7 e 11), o que, indiretamente, construía um imaginário positivo para os professores e negativo para o governo Serra.

A parcialidade de cada jornal só pôde ser detectada por meio da análise comparativa entre os dois jornais, considerando os ditos e não-ditos, o que geralmente não ocorre com o leitor de jornal que opta pela leitura de apenas um, correndo, então, o risco de aderir a construções discursivas de um determinado efeito de verdade sobre os acontecimentos.

Por isso, este trabalho demonstra a importância de buscar informações em diferentes fontes para melhor percepção da realidade e para avaliar mais criticamente os assuntos em pauta.

Notas

* Especialista em Ensino de Língua Inglesa e secretária da Universidade do Oeste Paulista/UNOESTE.

** Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professora adjunto da Universidade Estadual de Maringá/UEM.

¹ Mass Media – termo da área de comunicação para designar os meios de comunicação de massa.

² Formação discursiva é “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A greve a acção política. In: **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2002.

COHEN, Bernard C. **The Press and Foreign Policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n° 14, abr. 2001.

ENTMAN, Robert M. **Framing**: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 1993.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 2 ed.

São Carlos: Claraluz, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience.** Nova York: Harper Colophon Books, 1974.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e Justificação:** ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e linguagem.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LAGE, Nilson. **Controle da opinião pública:** um ensaio sobre a verdade conveniente. Petrópolis: Vozes, 1998.

McCOMBS, Maxwell. **Elaborating the Agenda-Setting Influence of Mass Communication.** Bulletin of the Institute for Communication Research (7). Tokyo: Keio University, 1976.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Linguística:** domínios e fronteiras. 2ed. São Paulo: Cortez, 2v, 2001.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **As formas do silêncio:** nos movimentos dos sentidos. . 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

PARK, Jowon. **Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks:** a frame analysis. International Journal for Communication Studies, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, 2003.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (Org.). **Comunicação e Política:** conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004.

RIBEIRO, Maria Rosane. **Glossário de jornalismo.** 2008. Disponível em: < oglobo.globo.com/quemle/Programa/glossario_de_jornalismo.doc >. Acesso em: 19 de maio. 2010.

SCHEUFELE, Dietram A. **Framing as a Theory of Media Effects.** Journal of Communication 49 (4): 1999.

SHAW, Donald. **Agenda-Setting and Mass Communication Theory.** Gazette: International Journal for Mass Communication Studies. vol. XXV, n.º 2, 1979.

Recebido em: maio de 2010.

Aprovado em: agosto de 2010.